

Exmos. Senhores,

Em anexo, envio parecer da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria.

Com os melhores cumprimentos.

Ana Maria Fragata
USDL/Serviços Administrativos



UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE LEIRIA

Rua S. FRANCISCO BLOCO 1- 2ª PISO E-12 TERRAÇOS DO MARACHÃO 2400-232 LEIRIA telef 244825756 FAX 244812276
e-mail: uniaoleiria@usdl.pt Telem: 913580789/967877081

Projecto de Lei nº 79/XIV

Consagra o direito ao desligamento, procede à décima sétima alteração à Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho

(Separata nº 52, DAR, de 23 de Abril de 2021)

APRECIÇÃO

O direito ao descanso, bem como o direito à limitação da jornada de trabalho, já se encontram garantidos na nossa legislação laboral, designadamente no Código do Trabalho.

Neste quadro, a União dos Sindicatos do Distrito de Leiria entende que a actual insistência na regulação de um hipotético direito ao desligamento tem subjacente a criação da convicção de que a intromissão das entidades empregadoras no tempo de descanso e de autodisponibilidade dos trabalhadores mediante o uso de ferramentas digitais é de certa forma legítima e apenas carece de ser limitada e regulada. Daí que este projecto até admita que, em certas circunstâncias, o trabalhador possa ser contactado durante o seu período de descanso diário.

Na realidade, a nossa legislação laboral já garante de forma inequívoca o direito ao descanso, sendo absolutamente claro que todos os trabalhadores têm o direito de não aceitar e de não responder a quaisquer solicitações de índole profissional durante os seus períodos de descanso, incluindo feriados e férias, seja qual for o meio de contacto utilizado pela respectiva entidade patronal. Por outro lado, a lei também já regula devidamente as obrigações dos trabalhadores e as respectivas compensações, quando necessidades imperiosas da empresa imponham excepcionalmente a prestação de trabalho para além dos períodos acordados.

No entender da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, a expansão das modalidades de trabalho à distância e a utilização cada vez mais intensiva de meios digitais que possibilitam formas de contacto permanente não anulam o dever de as entidades empregadoras continuarem a cumprir a lei e a contratação colectiva aplicável no que respeita quer à organização do tempo de trabalho, quer ao direito ao descanso dos trabalhadores. Recorde-se, aliás, que os trabalhadores em regime de teletrabalho têm os mesmos direitos que os demais trabalhadores nomeadamente no que respeita aos limites dos períodos normais de trabalho e outras condições de trabalho (artigo 169º, nº1 do Código do Trabalho).

Efectivamente, não é pelo facto de se utilizarem ferramentas digitais que a natureza do direito ao descanso se altera ou que o próprio direito deixa de existir. Seja qual for a modalidade de trabalho ou as ferramentas utilizadas, nenhum trabalhador tem a obrigação contratual de estar disponível para trabalhar durante os seus períodos de descanso, o que equivale a dizer que durante estes períodos goza em absoluto do direito de desligar todos os meios de contacto com a sua entidade patronal, ou seja goza plenamente do direito ao desligamento.

Assim sendo, a União dos Sindicatos do Distrito de Leiria considera que este Projecto de Lei, além de inútil e desnecessário, é perigoso, porque abre as portas à legalização das práticas ilícitas assumidas pelas entidades patronais quando interferem com os períodos de descanso dos trabalhadores, arrogando-se o direito de invadirem o seu tempo de autodisponibilidade e a esfera da sua vida privada.

12 de Maio de 2021